

Política

Congresso Previsão de redução da maioria penal para 16 anos é retirada de parecer para viabilizar votação da proposta

Câmara aprova em 1º turno PEC da segurança pública

Beatriz Roscoe e Ruan Amorim
De Brasília

Após meses de negociações com o governo, a Câmara dos Deputados aprovou em primeiro turno, na quarta-feira (4), o texto-base da proposta de emenda à Constituição (PEC) da segurança pública, sem a previsão da redução da maioria penal para 16 anos. Foram 487 votos a favor e 15 contrários. O texto ainda precisa ser aprovado em segundo turno antes de seguir para o Senado.

O parecer do relator, deputado Mendonça Filho (União-PE), redeseñhou a proposta original do governo, que previa a centralização da coordenação das políticas de segurança pela União, para criar uma espécie de "SUS da Segurança Pública". Mas não foi isso que aconteceu. O texto acordado confere maior autonomia aos Estados e institui um sistema integrado e cooperativo entre os entes da federação.

O relatório chegou a prever um referendo para a redução da maioria penal para jovens de 16 e 17 anos que cometessem crimes violentos, mas o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), articulou a retirada do trecho da PEC. O governo era contra a inclusão do tema na proposta e afirmou que poderia votar contra o texto.

A proposta do Executivo foi elaborada pelo ex-ministro da Justiça Ricardo Lewandowski e passou por ampla discussão na Câmara. O texto, no entanto, não passou por votação na comissão especial que tratava da PEC, pois Motta avocou direito para o plenário. O rito regular de tramitação prevê a votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no colegiado especial antes dessa etapa.

Segundo Motta, o tema da maioria penal é importante, mas precisa ser discutido separadamente, para não contaminar o debate. Ele se comprometeu a criar um grupo para tratar exclusivamente do assunto. O presidente será o deputado Aluisio Mendes (Republicanos-MA), enquanto Mendonça será o relator.

"Apenas estamos apartando as matérias para que não contamine-mos o debate, a discussão e a votação da PEC relatada pelo deputado Mendonça Filho, que na minha avaliação traz substanciais avanços para a segurança pública do nosso país", disse Motta antes da votação do texto.

No acordo para a votação, o governo concordou em recuar da centralização da coordenação das políticas de segurança na União, apoiando o modelo de cooperação federa-



LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

Motta: maioria penal é importante, mas precisa ser discutido separadamente, para não contaminar o debate

tiva e aceitou a regra para não contingenciar os recursos da segurança.

O líder do governo na Casa, deputado José Guimarães (PT-CE), celebrou a construção do acordo e agradeceu Motta pela votação do que classificou como "matéria mais importante do ano". Na avaliação do petista, não foi fácil chegar a um consenso, mas ele destacou a "coragem política do governo para fazer as concessões necessárias" e aprovar a PEC. "É claro que não foi aquilo que 100% o governo queria, nem 100% o que a oposição queria. Nós fizemos uma síntese", disse.

O Valor apurou que o governo tentou incluir no texto uma medida para excetuar dos limites do arcabouço fiscal os gastos com segurança em 2026 — mas o relator não acatou a proposta. "Eu não moverei nenhuma iniciativa que vá além do arcabouço fiscal, porque do contrário, a gente vai contribuir para desarrumar a economia", disse Mendonça.

O texto do relator promove um endurecimento amplo das regras penais e reorganiza a estrutura da segurança pública, com foco no combate ao crime organizado. O parecer endureceu o tratamento constitucional para crimes violentos contra mulheres, crianças e adolescentes, bem como de líderes de organizações criminosas caracterizadas por alta periculosidade.

Em geral, o relatório cria um novo regime especial constitucional para líderes dessas organizações, conforme antecipado pelo relator em entrevista ao Valor. A proposta determina que a legislação penal estabeleça punições mais duras para integrantes e líderes dessas organizações, com sanções proporcionais ao nível hierárquico dentro do grupo e possibilidade de restrição a benefícios penais.

A proposta amplia o financiamento obrigatório para área da segurança pública e prevê a destinação gradual de parte das receitas atualmente destinadas ao Fundo Social e de 30% da arrecadação das apostas das esportivas, as "bets", determinando que os recursos serão destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e ao Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Com isso, os recursos devem ser elevados de cerca de R\$ 2 bilhões para R\$ 6 bilhões. Motta elogiou a medida: "É positivo, porque nós não vamos conseguir melhorar os números da segurança pública do Brasil se não tivermos mais investimentos".

O texto determina que 10% do superávit do Fundo Social a cada ano será destinado à segurança. Os recursos serão transferidos sem necessidade de devolução e distribuídos conforme as regras constitucionais entre os entes federati-

vos. A medida será implementada de forma gradual. Com início em 2027, com um terço do valor, dois terços em 2028, atingindo o percentual completo de 10% em 2029.

O parecer inclui recursos recuperados ou confiscados em investigações relacionadas à exploração ilegal de apostas esportivas. Além disso, o texto passa a proteger esses valores ao impedir que os Tesouros de cada ente federativo recolham para o caixa geral os saldos não utilizados ao final do ano, garantindo que o dinheiro permaneça vinculado à segurança, nos mesmos moldes do que já ocorre nas políticas públicas de Saúde e Educação.

Também confere ao Congresso a competência de sustar atos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Poder Executivo que "extrapolem delegação legislativa".

A federação Psol-Rede foi a única a orientar voto contra a proposta, sob o argumento de que o texto do relator é punitivista e se distancia da proposta do governo. Durante a votação, houve a apresentação de ataques que tratavam de benefícios previdenciários e salariais para servidores de carreiras ligadas à segurança, que não foram admitidos por Motta. A justificativa foi o impacto orçamentário das medidas.

Acordo Mercosul-UE passa no Senado

Murillo Camarotto, Gabriela Guido e Giordanna Neves
De Brasília

O Congresso Nacional concluiu a aprovação do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, encerrando um processo de negociação iniciado há mais de 25 anos. Após a aprovação pela Câmara dos Deputados, na semana passada, o Senado deu na quarta-feira (4) o seu aval ao tratado que cria uma das maiores zonas de livre comércio do mundo.

Assim como fizeram os deputados, os senadores aprovaram o acordo por unanimidade, em votação simbólica no plenário. O texto segue para promulgação.

A relatora do acordo no Senado, Tereza Cristina (PP-MS), defendeu a aprovação do texto, mas destacou a necessidade de o Executivo estabelecer salvaguardas para a proteção dos produtores rurais brasileiros. As medidas serão implementadas via decreto já editado pelo Executivo, que é resultado de negociações com o vice-presidente Geraldo Alckmin, que acumula o cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

"As salvaguardas causaram um pouco de insegurança no final, quando o acordo já estava pronto. Fizemos, no Brasil, as salvaguardas bilaterais, o que já está pronto, que o presidente Lula já assinou. Então, hoje nós estamos prontos para acessar este grande mercado", disse a senadora", disse Tereza.

Na prática, as salvaguardas bilaterais servirão como uma espécie de "freio", permitindo ao país, por exemplo, elevar tarifas, limitar volumes importados ou suspender preferências tarifárias para dar um fôlego aos produtores locais enquanto o setor se ajusta à concorrência externa. A norma determina que tais medidas só poderão ser aplicadas depois de uma investigação conduzida pelo Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior. A decisão final caberá à Câmara de Comércio Exterior (Camex), com

"Hoje nós estamos prontos para acessar este grande mercado"
Tereza Cristina

base em um parecer técnico.

O acordo comercial reúne países que somam cerca de 718 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) combinado de aproximadamente US\$ 22,4 trilhões, formando um mercado integrado entre o Mercosul — composto por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai — e os 27 países da União Europeia.

Pelos termos negociados, a União Europeia eliminará tarifas de importação sobre cerca de 95% dos bens comercializados com o Mercosul, o que corresponde a 92% do valor das importações europeias de produtos brasileiros. Já o Mercosul promoverá a liberalização tarifária de aproximadamente 91% dos bens, equivalentes a 85% do valor das importações provenientes dos países da União Europeia.

A redução das tarifas ocorrerá de forma gradual, com prazos que variam entre quatro e 15 anos, período considerado necessário para permitir a adaptação das economias sul-americanas à abertura comercial.

Entre os setores diretamente impactados estão os produtos industriais, como máquinas, automóveis, produtos químicos e aeronaves, que passarão pro-

gressivamente a ter tarifa zero. A expectativa é que a medida amplie o acesso de produtos brasileiros e fortaleça a integração às cadeias globais de produção.

O tratado também estabelece regras para salvaguardas comerciais, especialmente em setores considerados sensíveis. No caso europeu, mecanismos paralelos permitem a abertura de investigações quando houver aumento significativo das importações provenientes do Mercosul ou queda relevante de preços de produtos agrícolas.

Para o governo brasileiro, o acordo tem potencial para diversificar as parcerias comerciais do país e estimular a modernização da indústria nacional por meio da maior integração com o mercado europeu. Atualmente, a União Europeia é o segundo parceiro comercial do Brasil.

Apesar da aprovação pelos parlamentos do Mercosul e da União Europeia, o acordo ainda enfrenta etapas institucionais no bloco europeu. Em janeiro, o Parlamento Europeu decidiu submeter o texto a uma revisão jurídica pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, procedimento que pode atrasar a entrada em vigor plena do tratado.

Comércio em PAUTA



80 ANOS

Informativo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Sesc e do Senac

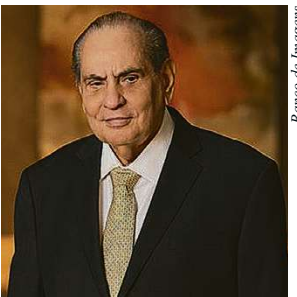
CNC DEFENDE JORNADA NEGOCIADA

O debate sobre o fim da escala 6x1 deixou de ser apenas uma bandeira trabalhista e passou a ocupar o centro das preocupações do setor de serviços. Diante do avanço da proposta no Congresso, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) intensificou a articulação política e técnica para defender que possíveis mudanças na jornada ocorram por meio da negociação coletiva, e não por imposição constitucional.

O tema mobilizou o Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur), que reuniu representantes do trade para alinhar dados e estratégias. Segundo o economista-chefe da CNC, Fabio Bentes, uma redução linear da jornada pode elevar a folha do setor em 26,9%, com repasse potencial de 12,5 pontos percentuais aos preços e impacto negativo de 9,3 pontos no volume de receitas. "O turismo é altamente sensível a eventuais choques de custos do fator trabalho por ser um dos grandes empregados da economia. Quando esse custo sobe, o grau de repasse tende a ser limitado à queda da demanda afetando significativamente o setor", explicou.

O presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, alerta para efeitos sistêmicos. "Somos favoráveis à redução da jornada desde que feita por convenção coletiva. Uma regra única ignora as diferenças regionais e setoriais e pode comprometer empregos", afirmou.

Com 3,8 milhões de vínculos acima de 40 horas semanais, o turismo é apontado como um dos mais sensíveis à mudança. A CNC defende que o debate considere dados econômicos e a sustentabilidade das empresas. Ao levar números e simulações ao centro da discussão, a entidade busca deslocar o debate da retórica para a evidência, sustentando que qualquer alteração na jornada deve equilibrar proteção ao trabalhador e viabilidade econômica.

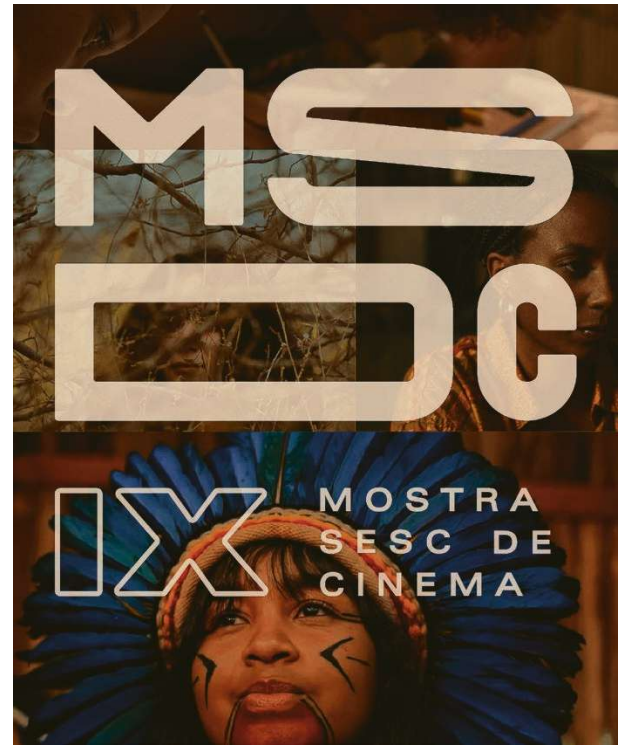


Benício de Jangere

SESC PARTICIPA DE MOMENTO HISTÓRICO DO CINEMA NACIONAL

No dia 15 de março, o Brasil estará mobilizado na torcida pelo filme O Agente Secreto, indicado ao Oscar 2026 em quatro categorias, entre elas Melhor Filme. É o segundo ano consecutivo que o cinema brasileiro se destaca na principal premiação da indústria cinematográfica mundial. O setor audiovisual vivencia um importante momento, movimentando a economia e gerando milhares de empregos. O Sesc participa dessa iniciativa com projetos que incentivam a produção cinematográfica, como a Mostra Sesc de Cinema. Em sua 9ª edição, é uma oportunidade para cineastas e produtores

independentes exibir seus trabalhos e alcançar o público de todo o País. A mostra contempla curtas, médias e longas-metragens, com oferta de licenciamentos de até R\$ 255 mil. As inscrições para esta edição estão abertas gratuitamente até 31 de março. Outra iniciativa que abre espaço ao cinema nacional é o CineSesc. Anualmente, o projeto licencia produções recentes e clássicas que são exibidos também gratuitamente nas unidades por todo o País. Além de abrir espaço para filmes que estão fora do circuito comercial, o CineSesc oferece acesso à produção nacional, reapproximando o público das salas de cinema.



MÊS DA MULHER: SENAC OFERECE SERVIÇOS GRATUITOS NO PARKSHOPPING

No dia 8 de março é celebrado o Dia Internacional da Mulher e, para homenagear as visitantes, o Park Shopping Campo Grande e o Senac no Rio de Janeiro promovem serviços e oficinas gratuitos, a partir de hoje até o dia 7 (sábado), sempre das 18 às 21 horas, no Espaço Senac, no Piso L2 do shopping (Estr. do Monteiro, 1.200, Campo Grande).

As inscrições são feitas no local, o atendimento é por ordem de chegada, e a participação está sujeita à lotação. Mais informações podem ser obtidas na unidade Senac-RJ de Campo Grande (Rua Barcelos Domingos, 58), por WhatsApp (21) 97605-9146 e pelo telefone (21) 2018-5866.



Divulgação: Senac RJ

portaldocomercio.org.br

Seu negócio é o nosso negócio